



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

# **Ação Rescisória** **1000312-70.2019.5.00.0000**

## **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 23/04/2019

**Valor da causa:** R\$ 34.675.605,45

**Partes:**

**AUTOR:** BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

ADVOGADO: MAURICIO DE SOUSA PESSOA

**RÉU:** ASSOCIACAO DOS FUNC APOSENTADOS DO BANCO DO EST SP

ADVOGADO: MARCUS TOMAZ DE AQUINO

ADVOGADO: ROBERTO FERREIRA ROSAS

ADVOGADO: ANTONIO MANOEL LEITE

ADVOGADO: RENATO RUA DE ALMEIDA



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

AR-1000312-70.2019.5.00.0000

**AUTOR: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**

**RÉU: ASSOCIACAO DOS FUNC APOSENTADOS DO BANCO DO EST SP**

VMF/asp

**D E C I S ã O**

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto contra acórdão da Subseção 2 da Seção Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal que julgou improcedente os pedidos deduzidos na ação rescisória.

O recorrente suscita preliminar de repercussão geral, apontando violação aos dispositivos constitucionais que especifica nas razões de recurso. Quanto ao mérito, sustenta que "a exigência de 'prequestionamento' ou 'pronunciamento explícito' em sede de ação rescisória viola o art. 5º, II, XXXV e LIV, da Constituição." Argumenta que "houve visível descumprimento de orientação vinculante do STF em matéria de autorização de associação para atuar em juízo (art. 5º, XXI, da Constituição)". Aduz que "a r. decisão rescindenda rejeitou a preliminar de nulidade suscitada contra r. decisão do Eg. Tribunal Regional, a qual, no julgamento de embargos de declaração, modificou substancialmente a condenação sem que tivesse havido prévia oitiva do então embargado e ora recorrente", incorrendo em ofensa ao art. 5º, LIV, LV, da Constituição Federal. Por fim, em relação às custas processuais, alega que o acórdão proferido pela Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho "adotou, com todo e máximo respeito, entendimento aberrante, violando de forma direta e literal os arts. 5º, caput, XXXV, LIV e LV, 97, 145, II, e 150, IV, da Constituição, além de contrariar a jurisprudência da

Suprema Corte, inclusive a Súmula Vinculante n. 10 e a Súmula n. 667 do E. STF”

É o relatório.

Consta da ementa do acórdão recorrido:

AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A ÉGIDE DO CPC/15, CALCADA NO ART. 966, V, DO CPC. LEGITIMIDADE DA ASSOCIAÇÃO RÉ PARA COMPOR O POLO ATIVO DA AÇÃO MATRIZ. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO ASSEMBLEAR OU INDIVIDUAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 5º, XXI, DA CF E 82, IV, DA LEI Nº 8.078 /90. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. MONOPÓLIO SINDICAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 8º, III E VI, DA CF; 513 E 515 DA CLT E 5º, V, b, DA LEI Nº 7.347 /85. HIPÓTESE DE RESCINDIBILIDADE NÃO CONSTATADA. Trata-se de ação rescisória ajuizada em 2019, em que o banco autor pretende desconstituir v. acórdão de Turma desta c. Corte Superior, proferido em ação civil pública intentada pela AFABESP em fevereiro de 1998, por meio da qual mais de oito mil associados aposentados do antigo banco do Estado de São Paulo- BANESPA postularam parcelas relacionadas à gratificação semestral ou, sucessivamente, participação nos lucros e resultados, que deixaram de ser pagas a partir de 1994 e 1995. Lembra-nos Cândido Rangel Dinamarco que “universalizar a jurisdição é endereçá-la à maior abrangência factível, reduzindo racionalmente os resíduos não jurisdicionalizáveis (in Instituições de Direito Processual Civil. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 113), de modo a ver ampliado o acesso à

justiça e à satisfação das pretensões postas a debate, da forma mais eficaz e efetiva. Essa efetividade da prestação jurisdicional do Estado, em casos que tais, é garantida pela possibilidade legalmente embasada de tutelas coletivas açambarcadas pelo que muitos chamam de microssistema processual coletivo, envolvendo regramentos específicos e muito bem delimitados nas Leis de Ação Civil Pública, de Ação Popular e no próprio Código de Defesa do Consumidor. As associações possuem legitimidade para a defesa dos direitos individuais homogêneos - disponíveis ou não -, legitimação extraordinária esta que lhe é conferida em caráter constitucional, nos arts. 8º, III, e 5º, XXI. Ainda trazendo a figura da substituição processual, o art. 5º, V, da Lei 7.347/85 não restringe o ajuizamento das ações civis públicas ao Ministério Público, mas às escâncaras admite como legítimas as associações na atuação para a propositura de demandas em favor dos filiados, desde que constituídas há mais de um ano e que possuam entre suas finalidades institucionais o objetivo condizente com a demanda oferecida, como é o caso da ré, que tem dentre os objetivos descritos no seu estatuto o de "representar os interesses dos aposentados junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., empresas e entidades a ele vinculadas, existentes ou que venham a ser criadas, bem como entidades previdenciárias e aos Poderes Públicos", a evidenciar inegável pertinência temática entre a finalidade e objetivos da associação e os interesses/direitos objeto da ação por ela proposta. Igualmente, Os artigos 82 e 83 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), com redação dada pela Lei 9.008/1995, conferem legitimidade a determinados entes para a

propositura de demandas coletivas, como se dá com as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 ano e que incluam entre seus objetivos institucionais a defesa dos interesses e direitos. Não há, portanto, o monopólio do sindicato para o ajuizamento de ação em defesa dos interesses dos substituídos, tampouco do Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública. Sob todos esses ângulos a decisão rescindenda se pronunciou, concluindo pela legitimidade da associação, nos moldes de cada um dos dispositivos referidos pelo banco autor. Todavia, inovando na argumentação trazida com a pretensão desconstitutiva, a autora pretende ver analisada a questão da legitimidade sob ótica jamais apreciada - nem mesmo mencionada na defesa - pelo juízo rescindendo. Em leitura atenta ao acórdão rescindendo proferido pela Turma desta c. Corte, bem como às peças de defesa postas por ocasião da ação civil pública, é de se constatar que, nem na defesa do banco, ao longo de todo o feito, nem nas decisões proferidas do início ao fim, por esta Justiça Especializada, NÃO HÁ qualquer discussão em torno do art. 5º, XXI, da CF à luz da existência ou não de autorização expressa dos filiados para o ingresso com a ação capaz de gerar a nulidade em razão da legitimidade não constituída regularmente. Ou seja, a controvérsia instaurada ao redor do art. 5º, XXI, da Constituição Federal, nem sob a mais elástica leitura que se pretenda dar aos argumentos de defesa e à fundamentação rescindenda, jamais tangenciou especificamente a questão da necessidade de autorização expressa e qual o sentido desta expressão "expressa autorização" no dispositivo constitucional. Inafastável a preclusão que torna

imutável a coisa julgada (CPC, art. 278). Ademais, se no feito matriz, a tempo e modo, houvesse o banco suscitado a questão em torno da necessidade ou não de autorização expressa dos associados, quiçá seria possível à AFABESP comprovar a existência das autorizações ou mesmo regularizar a situação (CPC/73, art. 13, vigente à época do ajuizamento da ação civil pública, em 1998). Logo, silenciando quanto à matéria à época - quer porque tenha negligenciado o tema, quer porque não houvesse debate a respeito em seu favor - não é dado ao autor, apenas em sede de ação rescisória, polemizar em evidente busca de nova perspectiva para sua defesa. Cabe frisar que a decisão proferida pelo STF, em repercussão geral, nos autos do RE 573.232/SC, em 2014 espelhou entendimento que já existia naquela excelsa Corte à época da decisão rescindenda que, proferida em 2008, teve seu trânsito em julgado apenas em 2019. Assim, os contornos da lide foram traçados e definidos na coisa julgada. Ficou decidido que a legitimidade da associação era definida pelos dispositivos legais, sem qualquer nuance relativa ao pressuposto da autorização dos filiados. Destaque-se que o pronunciamento explícito é exigido em ação rescisória, como disposto no item II da Súmula 298/TST, diz respeito à matéria E AO ENFOQUE ESPECÍFICO DA TESE DEBATIDA que, no caso, é a interpretação da expressão "autorização expressa" inserta no art. 5º, XXI, da CF. Não houve debate sob este enfoque específico, logo, preclusa a oportunidade do banco. A eficácia preclusiva da coisa julgada, positivada pelo art. 508 do CPC/15 e assegurada pelo art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal impede o corte rescisório. Além disso, as decisões da excelsa Corte, posteriores à decisão

que se busca desconstituir, ainda que em repercussão geral, não têm o condão de romper com a coisa julgada, quando o ato jurídico torna-se completo e acabado. Ação rescisória julgada improcedente.

AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A ÉGIDE DO CPC/15, CALCADA NO ART. 966, V, DO CPC. EFEITO MODIFICATIVO CONCEDIDO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM MANIFESTAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 5º, LIV E LV, DA CF E À DIRETRIZ DA SÚMULA 278 DO TST E SÚMULA VINCULANTE 3 DO STF. HIPÓTESE DE RESCINDIBILIDADE NÃO CONSTATADA. A ação rescisória, fundada no art. 966, V, do CPC/15, pressupõe demonstração de manifesta violação de norma jurídica, o que não se constata também neste tópico. Em correção à decisão anterior, o eg. Tribunal Regional, em resposta aos embargos de declaração opostos pela associação, agregou à condenação existente as parcelas vincendas, levando em consideração a própria natureza continuativa do pagamento da gratificação semestral, que não se alterou, conforme autorizado pelo então vigente art. 290 do CPC/73 (CPC /15, art. 323), e em decorrência do pedido expressamente formulado pela associação na petição inicial. Inexistiu, assim, vulneração ao texto da Súmula 278 desta Corte, capaz de nulificar a decisão que julgou os embargos de declaração. Acresça-se a isso que o banco, então reclamado, ciente do pedido de condenação em parcelas vincendas, teve todas as oportunidades no processo de veicular sua defesa, tendo optado por não fazê-la a respeito das parcelas vincendas. Veja-se. A sentença, à pág. 302, condenou o banco a pagar a participação nos

lucros e resultados a partir de 1996 em diante (que era o pedido sucessivo), o que inclui, obviamente, as parcelas vincendas. Em embargos de declaração, o banco não se insurgiu sobre as parcelas vincendas especificamente. Interposto recurso ordinário pela AFABESP, no qual pretendeu fosse considerado o pagamento da gratificação semestral porque pago com habitualidade, na base de um salário, conforme jurisprudência. Em contrarrazões, a partir da pág. 329, o banco se limita a destacar, inicialmente, que a sentença deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. A seguir, rebate o pleito em torno da gratificação semestral porque depende de lucro, conforme previsão estatutária, o que não teria ocorrido e tampouco teria sido provado pela reclamante, e menos ainda na importância de um salário, conforme requerido. Assim, insiste-se: a preclusão defensiva do banco em relação às parcelas vincendas é evidente, inerte que foi em suas contrarrazões e em todas as oportunidades que teve. Tratou a questão sempre de modo geral, em torno apenas da parcela gratificação semestral em si" Logo, se silenciou desde a apresentação da contestação quanto ao pedido expresso na petição inicial, por certo que não seria por ocasião dos embargos de declaração da parte contrária que haveria de contrapor-se, em razão da preclusão, mais uma vez, pois inovaria na defesa. Afinal, a Orientação Jurisprudencial nº 142 da SBDI-1, mencionada na decisão rescindenda, claramente refere que é "passível de nulidade" e não necessariamente nula a decisão que acolhe os embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida a oportunidade de manifestação prévia à parte contrária. Não havendo prejuízo à parte embargada -quer porque,



ciente do pedido, teve todas as oportunidades de refutar o pedido de parcelas vincendas e não o fez; quer porque nos termos do art. 323 do CPC as parcelas vincendas naturalmente se incluem na condenação - descabe a pretensão desconstitutiva vindicada, porque nos processos sujeitos à apreciação desta Justiça do Trabalho, só se dará a nulidade quando dos atos inquinados sobressair manifesto prejuízo às partes litigantes, à luz do art. 794 da CLT. Precedente. Ação rescisória julgada improcedente.

Opostos embargos de declaração, a Subseção 2 da Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST deu-lhes provimento apenas para prestar esclarecimentos, nos seguintes termos:

.....  
.....  
.....

Ora, inicialmente, importa ressaltar que a alegação de erro de fato /percepção ocorrido na própria decisão objeto dos embargos de declaração nada mais espelha que o inconformismo do embargante que pretende fazer crer que esta Subseção teria incorrido em equívoco na análise do processo matriz e especialmente da sentença objeto do pedido de corte, o que - caso houvesse ocorrido - não se amoldaria em hipótese alguma à previsão legal que admite os embargos de declaração, conforme arts. 1.022 do CPC e 897-A da CLT. Ao invés do que argumenta o embargante, esta c. Subseção não

negou que tenha havido o exame da questão atinente à legitimidade das associações inserto no art. 5º, XXI, da Constituição Federal. Contudo, foi expressa em afirmar que a apreciação, na decisão rescindenda, não se deu sob o enfoque pretendido na ação rescisória, relacionado ao que seria a "expressa autorização", tampouco à existência de qualquer autorização individual ou assemblear específica para o ajuizamento da ação civil pública. Reitere-se o que traz a decisão rescindenda a respeito da legitimidade:

A legitimidade das associações para representar seus filiados tem status constitucional, pois prevista no artigo 5º, XXI, da Carta Magna, in verbis (...) A Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, em seu artigo 5º, prevê a legitimidade das associações para propô-la, nos seguintes termos: (...) Com o advento da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor -, as associações passaram a constar do rol de legitimados para ajuizar ação civil pública, consoante se verifica do seu artigo 82, inciso IV: (...) E, mais especificamente quanto ao objeto desta ação, verifica-se que consta do artigo 2º, inciso II, dos seus estatutos que a AFABESP tem por objetivos...

Sem dúvida que a tese posta e firmada na coisa julgada está limitada estritamente à legitimidade da associação para ajuizar a ação civil pública conforme dispositivos legais e estatutários, sem qualquer nuance em torno da terminologia EXPRESSAMENTE AUTORIZADA, tampouco da efetiva existência de

autorização específica dos associados naquele feito. Destacou-se, ademais, na decisão embargada, que o art. 5º da Lei da ação civil pública conferia legitimidade às associações para o ingresso da ação, sem mencionar qualquer requisito relacionado à autorização individual ou assemblear dos associados. Acrescente-se que os arts. 82 e 83 do Código de Defesa do Consumidor, no mesmo sentido, não impunham a autorização assemblear ou individual. A decisão rescindenda transcrita relata detalhadamente os pontos de insurgência do banco, então recorrente: Sustenta o reclamado que as associações não podem ser equiparadas aos sindicatos, razão pela qual não lhes é permitido defender os interesses de trabalhadores na Justiça do Trabalho. Alega que a Associação representa apenas os interesses dos seus associados, enquanto o sindicato age em nome de toda a categoria profissional. Aduz, ainda que a Associação autora não representa nenhuma categoria profissional, não sendo possível a sua equiparação a um sindicato. Afirma, também, que apenas o sindicato poderia defender os interesses pleiteados nesta demanda. Quanto ao cabimento da ação civil pública, assevera que somente o Ministério Público é parte legítima para propor ação civil pública na Justiça do Trabalho e que não é possível pleitear, por meio da referida ação coletiva, direitos marcadamente individuais ou disponíveis.

Observe-se que, conquanto o embargante possa ter mencionado o fato até a instância ordinária, certo é que, por ocasião da interposição do recurso de revista que deu origem

à decisão rescindenda não se insurgiu quanto à existência ou não de autorização dos associados ou sua necessidade, tornando preclusa qualquer análise sobre a questão. Não há na decisão rescindenda, repita-se, tese acerca da necessidade de autorização expressa dos associados para o ajuizamento da ação civil pública, tampouco tese acerca da existência ou não dessa autorização. Logo, não cabe ao embargante buscar em sede de ação rescisória o exame daquilo que não fora objeto de pronunciamento explícito. Por oportuno, importa relevar que a necessidade de pronunciamento explícito acerca do tema objeto do pedido de corte rescisório não se confunde com prequestionamento exigido nos recursos de natureza extraordinária, como quer fazer crer o embargante. Trata-se de atender ao item II da Súmula 298 do TST, transcrita pela parte, devendo-se observar a importância de que tenha havido o "enfoque específico da tese debatida na ação", o que se enfatiza com as vênias pela redundância. Assim, a decisão embargada manteve hígida a decisão rescindenda com respaldo na eficácia preclusiva da coisa julgada prevista no art. 508 do CPC/15, que recai inclusive sobre quaisquer questões de fato não deduzidas pela parte. Tampouco há contradição no julgado. O que fundamentou esta Subseção, ao julgar improcedente o pedido de corte rescisório, é que embora o Supremo Tribunal Federal - em data posterior ao ajuizamento da ação matriz e também posteriormente à prolação da decisão rescindenda por Turma deste Tribunal Superior - tenha firmado entendimento acerca da necessidade de autorização expressa e específica dos associados para o ajuizamento de ação por parte da associação, fato

é que não há tese na decisão rescindenda em torno do assunto, tampouco a premissa fática necessária e inafastável acerca da existência ou não destas autorizações, sem o que sequer seria possível verificar o acerto das alegações do autor. Tal como ficou assentado no acórdão embargado que a ação rescisória não se presta a sucedâneo de recurso, também não se pode dar ares de recurso aos embargos de declaração, cujo efeito excepcionalmente infringente deve resultar tão somente de saneamento de omissão, contradição, obscuridade ou correção de erro material, o que não se verifica no caso concreto. A alegação de que houve efetivo prejuízo decorrente da decisão que julgara procedentes os embargos de declaração em recurso ordinário, com conseqüente nulidade da referida decisão - quando de forma hialina decidiu esta Subseção no sentido de que não houve prejuízo, logo, não houve nulidade - refletem intenção de ver reapreciada matéria exaustivamente tratada na decisão embargada, o que não se coaduna com o propósito dos embargos de declaração à luz dos arts. 1.022 do CPC e 897-A da CLT.

No que tange aos honorários advocatícios, não se considerando a ação rescisória como tipicamente trabalhista, a verba honorária é devida conforme disciplina dos arts. 85, 86, 87 e 90 do CPC/15, na forma dos itens II e IV da Súmula 219 do TST. E, uma vez fixado o limite percentual devido à luz do §2º do art. 85 deste diploma, atentando-se aos requisitos ali destacados, não há qualquer amparo legal para a redução da condenação imposta ao autor embargante. Mais uma vez, não há omissão ou equívoco a ser sanado.

Enfim, com relação às custas, igualmente sem razão o banco embargante, que busca por via transversa a reforma da decisão que não lhe favoreceu. Entendo que não é possível a fixação de um teto para o valor arbitrado à causa, com base no limite das custas processuais nos termos da nova redação conferida ao art. 789 da CLT, que trata do tema nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, uma vez que temos utilizado como critério, em regra, o Código de Processo Civil para ações rescisórias e mandados de segurança, considerando que a ação rescisória não pode ser equiparada a uma ação trabalhista típica. É sob este fundamento que a c. Subseção II tem aplicado o CPC para dirimir questões concernentes, por exemplo, a honorários advocatícios (art. 85, §2º), assim como em relação à suspensão da exigibilidade do pagamento da verba honorária, em razão da gratuidade de justiça (art. 98, §3º), sem jamais olvidar os princípios da razoabilidade e do amplo acesso à Justiça. Exempli gratia:

"RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA PROPOSTA CONTRA DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO NA VIGÊNCIA DO CPC DE 2015. DEPÓSITO PRÉVIO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA DENEGADA NA ORIGEM. LEI Nº 13.467/2017. INAPLICABILIDADE. INCIDÊNCIA DO ART. 99, § 3º, DO CPC/2015, ART. 6º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2007 DO TST E SÚMULA Nº 463, I, DO TST. Ao contrário da reclamação trabalhista típica, a ação rescisória ajuizada na Justiça do Trabalho deve ser acompanhada de

depósito prévio de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da causa (art. 836 da CLT), que inclusive é substancialmente superior àquele exigido no art. 968, II, do CPC de 2015. Dessa forma, tendo em vista a especial onerosidade do ajuizamento da ação rescisória na Justiça do Trabalho, são inaplicáveis às pretensões desconstitutivas as disposições celetistas acerca da gratuidade da justiça na forma em que prevista na Lei nº 13.467/2017 . Realmente, a incidência do art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT nas ações rescisórias potencialmente excluiria por completo "da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal), notadamente nos casos em que a parte autora da pretensão desconstitutiva seja pessoa física (empregado ou empregador), ou micro e pequena empresa. Ressalte-se que , conforme consta da ementa da Lei nº 13.467/2017, a edição do referido ato normativo teve por finalidade "adequar a legislação às novas relações de trabalho". Destarte, no indigitado diploma legal não há disposição específica acerca da gratuidade da justiça pleiteada em ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho. Aplicam-se à espécie o art. 99, § 3º, do CPC/2015, a compreensão do item I da Súmula 463/TST e o art. 6º da Instrução Normativa 31/2007 do TST. Dessa forma, havendo declaração de hipossuficiência e inexistindo demonstração da falta de veracidade da referida afirmação pela parte adversa, o autor faz jus à gratuidade da justiça e está desobrigado do depósito prévio de que cuida o art. 836 da CLT. Recurso ordinário conhecido e provido." (RO-10899-07.2018.5.18.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Maria

Helena Mallmann, DEJT 22/11/2019 - destaquei).

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO SOB À ÉGIDE DA LEI Nº 13.105 /2015. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA FORMULADO NAS RAZÕES DO APELO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467 /2017 . O mandado de segurança detém natureza constitucional e civil, e visa essencialmente proteger direito líquido e certo contra atos praticados de forma ilícita ou com abuso de poder. A matéria concernente à gratuidade de justiça não pode ser pautada exclusivamente pela aplicação das normas de direito processual do trabalho, mesmo porque, considerando a natureza jurídica do mandamus , o CPC/2015 tem aplicação supletiva mais evidente, tanto é assim que a Lei nº 12.016/2009 faz remissão a diversos dispositivos daquela norma processual. Algumas disposições do CPC/2015, cuja aplicação é genérica e aplicável de forma ampla a todos os jurisdicionados, revela-se mais benéfica do que aquelas da CLT, notadamente o § 4º do artigo 790, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, o qual passou a exigir a comprovação da hipossuficiência de recursos para o fim de reconhecimento do direito à justiça gratuita. O artigo 98, do CPC /2015, dispõe que "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". Por sua vez, o § 3º do artigo 99, do mesmo diploma legal presume "verdadeira a alegação de desta Corte no RO-10899-07.2018.5.18.0000, de relatoria da Exma. Min. Maria Helena Mallmann.



Pedido de justiça gratuita deferido. (...) (RO-7960-72.2017.5.15.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 28/08/2020).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA . Se há pedido expresso de gratuidade de justiça e juntada de declaração de miserabilidade jurídica da pessoa física, presume-se verdadeira a alegação do impetrante de insuficiência deduzida (arts. 99, §3º, CPC/15, 4º da Lei nº 1.060/50 e OJ 304 da SBDI1), não se aplicando as regras da reforma trabalhista trazidas com a Lei nº 13.467/2017, mas o CPC/2015, quanto à necessidade de comprovação para a concessão da Justiça Gratuita. Sob tal entendimento, esta c. Subseção firmou tese em sessão ocorrida em 19/11/2019, nos autos do RO10899-07.2018.5.18.0000, de relatoria da Exma. Ministra Maria Helena Malmann), que não se aplicam as regras da reforma trabalhista trazidas com a Lei nº 13.467/2017, mas o CPC/2015, quanto à necessidade de comprovação para a concessão da Justiça Gratuita, nos casos de ação rescisória. Tal entendimento tem aplicação também para os casos de mandado de segurança. Recurso ordinário conhecido e provido. (...)" (RO-581-61.2019.5.06.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 28/08/2020).

Assim, caso a caso, deve-se analisar a questão, nos moldes do art. 292, §3º, do CPC. No presente feito, frise-se que a ação

rescisória foi intentada pelo banco embargante e foi ele próprio quem definiu o valor da causa, conforme se infere da petição de ingresso, atento ao disposto no art. 2º da Instrução Normativa 31 desta Corte. Reitero: não houve alteração de ofício do valor da causa. Além disso, não se pode entender razoável que, sobre processo de tamanha complexidade e importância, no qual o direito de mais de 8.000 empregados aposentados vem sendo discutido há mais de uma década, sejam arbitradas as custas em R\$24.424,24 (teto das custas processuais), com base no Regime Geral da Previdência Social, em total descompasso com o valor da causa e importância do debate. Logo, porque compatível o valor das custas com o valor dado à causa pelo banco autor, porque ausente qualquer excesso ou teratologia que justifique a não aplicação da jurisprudência que vem se firmando nesta Corte para a modificação do quantum, e porque atendidos os parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, não constato vício no julgado a este respeito. Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração tão somente para prestar esclarecimentos.

No que concerne à **"legitimidade da associação ré para compor o polo ativo da ação matriz"**, conforme exposto na decisão recorrida, a Subseção 2 da Seção Especializada em Dissídios Individuais manteve o acórdão regional recorrido com fundamento na ausência de pressuposto de admissibilidade da referida ação, ao consignar a ausência de prequestionamento do tema, no que diz respeito "à matéria e ao enfoque específico da tese debatida que, no caso, é a interpretação da expressão 'autorização expressa' inserta no art. 5º, XXI, da CF", atraindo a incidência do óbice inscrito na Súmula nº 298 do TST.

O Supremo Tribunal Federal tem entendimento pacífico no sentido de que não cabe recurso extraordinário, por ausência de repercussão geral, em matéria de "Pressupostos de admissibilidade de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho".

Tal entendimento foi consagrado no AI 751.478, da relatoria do Min. Dias Toffoli, no qual a Corte Suprema firmou a tese de que não há repercussão geral em relação ao "**Tema 248**" do ementário temático de Repercussão Geral do STF, hipótese dos autos.

Cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou em relação à aplicação do Tema 248 às hipóteses em que analisados os incisos do dispositivo legal indicados no acórdão recorrido, em maior amplitude do precedente, consoante os seguintes julgados: ARE 726875 AgR, Relator Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 14/10/2016, DJe-238 09-11-2016; ARE 1074074 Agr/PE, Relator Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 20/4/2018, DJe-099 22/05/2018; RE 933904 AgR/MT, Relator Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 15/6/2018, DJe-127 27/6/2018.

No tocante ao tema "**efeito modificativo concedido aos embargos de declaração, sem manifestação da parte contrária**", constata-se no acórdão recorrido que a SDI-2 do TST decidiu igualmente com fundamento na ausência de manifestação prévia sobre a matéria, consignando que "a preclusão defensiva do banco em relação às parcelas vincendas é evidente, inerte que foi em suas contrarrazões e em todas as oportunidades que teve".

Nessa quadra, aplica-se também à esse tópico o entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal no sentido de que não cabe recurso extraordinário, por ausência de repercussão geral, em matéria de "Pressupostos de admissibilidade de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho", conforme "**Tema 248**" do ementário temático de Repercussão Geral do STF.

Acrescente-se, no particular, que não prospera a alegação de afronta ao art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, pois o Supremo Tribunal Federal tem entendimento pacífico no sentido de que não cabe recurso extraordinário, por ausência de repercussão geral, em matéria de "Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada".

Tal entendimento foi consagrado no ARE 748.371, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, no qual a Corte Suprema firmou a tese de que não há repercussão geral em relação ao **Tema 660** do Ementário de Repercussão Geral do STF, hipótese dos autos.

Logo, versando o acórdão recorrido sobre questão atinente a tema cuja repercussão geral foi negada pelo Supremo Tribunal Federal, a interposição de recurso extraordinário para reexame destes pontos da decisão é manifestamente inviável.

Por fim, quanto às "**custas**", verifica-se no acórdão proferido em sede de embargos de declaração que a SDI-2 do TST dirimiu a controvérsia à luz do art. 292, §3º, do CPC, sob o fundamento principal de que "a ação rescisória não pode ser equiparada a uma ação trabalhista típica", não estando, portanto, sujeita ao limite previsto no art. 789 da CLT.

Desta forma, a controvérsia envolve discussão de caráter infraconstitucional, a qual ocasionaria, no máximo, violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal, tornando inadmissível o recurso extraordinário.

O entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a **violação reflexa** ou oblíqua da Constituição da República Federal, decorrente da necessidade de

análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional, torna inadmissível o recurso extraordinário, eis que desatendido o disposto no art. 102, III, "a" da Constituição Federal.

Confira-se: AI 775.275-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 28/10/2011; AI 595.651-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ de 25/10/2011; ARE 1.018.829/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 7/2/2017; ARE 958.533/SP, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 23/9/2016; ARE 956.984/SP, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 5/4/2016; e ARE 939.667/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 8/3/2016.

No tocante à ofensa aos arts. 97, 145, II, e 150, IV, da Constituição Federal, constata-se que o acórdão objeto do recurso extraordinário não abordou a questão sob o viés das referidas normas, incidindo à hipótese a **Súmula nº 282 do STF** como óbice ao seguimento do apelo.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário.

Baixem-se os autos à origem após o transcurso *in albis* do prazo para interposição de recurso.

Publique-se.

Brasília, 23 de junho de 2021.

**LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO**

**Ministro Vice-Presidente**



Assinado eletronicamente por: LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO - Juntado em: 23/06/2021 18:09:31 - 8d76c5f  
<https://pje.tst.jus.br/pjekz/validacao/21062317163887200000002776395?instancia=3>  
Número do processo: 1000312-70.2019.5.00.0000  
Número do documento: 21062317163887200000002776395